

En concreto, Mensagem

Luis G. Soto

Formas de citación recomendadas

1 | Por referencia a esta publicación electrónica*

SOTO, LUIS G. (2011 [2005]). “*En concreto, Mensagem*”. *Agália*: 81-82, 256-262. Reedición en *poesiagalega.org*. *Arquivo de poéticas contemporáneas na cultura*.
<<http://www.poesiagalega.org/arquivo/ficha/f/225>>.

2 | Por referencia á publicación orixinal

SOTO, LUIS G. (2005). “*En concreto, Mensagem*”. *Agália*: 81-82, 256-262.

* Edición dispoñíbel desde o 25 de xaneiro de 2011 a partir dalgunha das tres vías seguintes: 1) arquivo facilitado polo autor/a ou editor/a, 2) documento existente en repositorios institucionais de acceso público, 3) copia dixitalizada polo equipo de *poesiagalega.org* coas autorizacións pertinentes cando así o demanda a lexislación sobre dereitos de autor. En relación coa primeira alternativa, podería haber diferenzas, xurdidas xa durante o proceso de edición orixinal, entre este texto en pdf e o realmente publicado no seu día. O GAAP e o equipo do proxecto agradecen a colaboración de autores e editores.

dade en razóns históricas, consuetudinarias, xeográficas e de poliformismo propio das falas, e non lonxe de certo baseamento científico-linguístico, que se está a debater precisamente no lugar onde corresponde, a Universidade, foro de debate científico e cultural. Consecuentemente, constituiría un atentado ó dereito á liberdade ideolóxica, científica, de expresión e de libre circulación das ideas, todo intento por parte de poderes públicos de seiturar, co gallo da defensa a ultranza dunha normativización oficial, posturas lingüísticas que, non apartándose do seo común de orixe e convivencia idiomáticas, se amosen como discrepantes e ata críticas coa normativa oficial⁽¹⁾. Seria pena, mesmo retroceso difícil de entender, utilizar a língua portuguesa com propósito estrangeirizante na Galiza do século XXI, nesta colección de tanto relevo, ou em qualquer outro espaço.

Joel R. Gómez

(Grupo de Investigación Galabra-USC)
Milhadoiro, Dezembro de 2004

CIDADE ALTA



En concreto, Mensagem

Para começar, um detalhe: ao lermos *En concreto*⁽²⁾, de Luísa Villalta, umha das cousas que chamou a nossa atención é umha notável cercania, nalguns pontos, com *Mensagem* de Fernando Pessoa⁽³⁾. É, antes de nada, umha chamativa confluência formal, mas também se dá umha interessante coincidência de fundo. Ao nosso ver, com efeito, ambas as obras obedeceriam a um desígnio

(1) Sentença desse Alto Tribunal, constituído polos magistrados José María Gómez y Díaz-Castroverde (Presidente), José Antonio Vesteiro Pérez e Francisco Javier D'Amorín Vieitez, sendo este último magistrado-relator, com enxejo do recurso número 7.942/1992 presentado pola Universidade de Vigo contra um acordo do "Consello da Xunta de Galicia". O texto encontra-se reproducido facsimilarmente no número 33 da *Agália* (Verao 1993: 231-235). A própria Sala do Contencioso-Administrativo do Tribunal Superior galego ditou umha sentença utilizando o cónone ortográfico da Associação Galega da Língua (reproducida no número 20 da *Agália*, Inverno de 1989: 512-513), como com anterioridade a Audiência Territorial da Corunha (quando era o máximo órgão judicial da Galiza, antes de funcionar o Tribunal Superior. Esta sentença está igualmente reproducida facsimilarmente no número 7 da *Agália*, Outono 1986: 351-354). O Departamento de Galego-Português da Universidade da Corunha implicou-se muito decididamente para propiciar a mudança da normativa ortográfica aprovada pola Real Academia Galega em Julho de 2003; e seria bom que continuasse com um posicionamento de semelhante teor no respeitante a outras propostas, e nomeadamente a que defende a Associação Galega da Língua.

(2) Luísa Villalta, *En concreto*, Espiral Maior, A Corunha, 2004.

(3) J.A. Seabra (coord.): Fernando Pessoa, *Mensagem. Poemas esotéricos*, edição crítica, Siglo XXI, Madrid, 1993.

similar: poetizar o histórico-social profetizando⁽¹⁾ em termos histórico-sociais, em suma, fazer poesia social. O objecto, porém, é bastante diferente: Portugal, no caso de Pessoa, e a cidade (da Corunha), no caso de Villalta. Esta semelhança resulta, ao cabo, geral e remota, mas nom é desenhável.

Casualidade?

A confluência formal, nom sendo muita cousa, nom parece tampouco possível que seja fruto da casualidade. Com efeito, ambos os poemários contam com umha parte inicial similar: um conjunto de poemas agrupados sob o nome “brasom”. Ora, onde Pessoa descrevia e explorava o escudo de Portugal⁽²⁾, Villalta vai explorar e desenvolver a divisa da sua cidade: cabeça, garda, chave, força e antemural. Ora bem, esta confluência: procurou-na a nossa poeta? Em qualquer caso nom deixa de ser surpreendente.

Poesia social

Porém, a seguir, nas partes sucessivas, os caminhos som divergentes ou, melhor dito, distintos. Mesmo aproximar ambos os poemários, como fazemos na nossa leitura, pode parecer arbitrário, até forçado. No entanto, pola nossa parte, pensamos que, com independência dessa confluência inicial assinalada, ler ambos os textos tendo em mente o seu remoto paralelo pode resultar sumamente ilustrativo. A compara-

ção –com o mostrar de semelhanças e diferenças– deita umha luz clarificadora. Assi, prosseguindo com a analogia, em *Mensagem* fai-se um percorrido pola história; no entanto, nas páginas de *En concreto* o protagonismo tenhem-no a geografia urbana (“edifícios”) e humana (“estampas”) da cidade, sem quase haver lugar para a história, salvo como vestígio (“nomes”). E, finalmente, no desfecho deste poemário reencontramos a similitude e a distância com Pessoa: a mensagem de *En concreto* é semelhante, mas diferente, da lançada em *Mensagem*. Em ambos os textos, é formulada umha demanda de passagem ao acto, à acção construtora histórico-social: mas, no primeiro, no caso galego, fai-se através dumha interiorização subjectiva pessoal e, no segundo, no caso português, fai-se umha interpelação e um chamamento aos outros, aos connacionais, à colectividade. A razão destas diferenças no desenvolvimento e no desfecho dos poemários estaria, ao nosso ver, nom tanto no desígnio poético que anima ambos os vates, o lusitano e a galaica, senom, mais bem, na natureza e a substância dissímiles dos objectos abordados. Os dous fariam, no entanto, poesia social. Mas, com isto, deixemos a comparação para adentrar-nos no texto de Villalta.

En concreto

O seu livro é umha abordagem poética do social, concretamente da cida-

(1) Com “profetizar” quero dizer “falar diante e para diante”: i.e., falar “em público e para umha xente” e falar “mirando ao futuro e propugnando um porvir”.

(2) “Brasão”, a “primeira parte” do poemário (*Mensagem*, ed. cit., p. 7), compreende cinco secções: “os campos”, “os castellos”, “as quinas”, “a coroa” e “o timbre” (*Mensagem*, ed. cit., pp. 11-41).

de e, mais em concreto, da cidade da Corunha. Aí batemos já com o problema: fora do livro, é A Corunha umha cidade? Ou, dito com outras palavras, qual é *hic et nunc* (ou seja: na Corunha... e em geral *inter nos* ou em Galiza) a entidade do social: que entidade tem isso que vai tomar-se como matéria poética? É óbvio que um escritor pode inventar o seu tema seguindo os ditados da sua imaginação e, negligenciando por completo dados e feitos, nom deixar-se atar pola facticidade e a veracidade. Ao literato basta-lhe com ser verossímil, e isso num sentido muito largo. Ora, nom é essa a achega de Villalta, que prefere, desde o poema inicial, contemplar a cidade em termos que bem poderíamos chamar realistas⁽¹⁾: i.e., reconhecíveis e contrastáveis fora da óptica poética. O que se traduz em tratar a cidade (A Corunha), poetizá-la, dando conta da sua pouca entidade.

Cidade

Assi, desde os primeiros versos, sabemos que, nas páginas que seguem, o que teremos diante, “a cidade”, é um “eu en nós/ sen nós/ eu” (p. 9). Nom se pode dizer melhor com tam poucas palavras: a cidade é um sujeito colectivo (um “nós”), formado a partir do indivíduo (o “eu”), mas que verdadeiramente é pouco sujeito, por resultar incompleto ou deficiente (um sujeito capitidiminuído: um “nós sem nós”, i.e., um nós sem um nós) e estar pouco formado (um sujeito quase sem vínculos: um “nós sem nós”, i.e., um nós sem nó algum ou com poucos nós). É, em

consequência, um sujeito colectivo em formaçom ou cuja formaçom é possível a partir do individuo (o “eu” ou, mais exactamente, neste caso, “a” eu).

Brasom

O “brasón” (pp. 13-39) é a constataçom desse “quase nom haver cidade” ou, mais exactamente, do “pouco ser da cidade”. Esta quase nom existe: pouco mais é do que um rochedo, um penedo, rodeado polo mar e batido polos ventos. É, sobretudo, o soprar e rolar deles o que caracteriza a cidade. De facto, junto com os termos da divisa, os ventos componhem o brasom da cidade. Assi, poema a poema vam sucedendo-se: “habitar (cabeza)”, “norte (bóreas)”, “monstros (garda)”, “leste (euro)”, “iniciación (chave)”, “oeste (céfiro)”, “espello (forza), “sul (austro)” e “a cidade antiga (antemural)”. Apesar de nestes poemas estarmos a explorar a sua divisa emblemática, quase nom comparece a história e pouco o social. Ora, “quase nom” significa “algo si” e, ademais, esse algo é o que é salientado e sublinhado. De facto, da cidade o que sai é, sobretudo, a rua. O que hai dá-se, fundamentalmente, a partir dos olhos e os passos da eu a caminhar pola rua, do seu mover-se nesse espaço aberto delimitado polo mar e definido polo vento, a cidade, que, contodo, nom constitui só umha intempérie senom também um ponto de apoio.

Ar, vento

Por tanto, a partir desse brasom, poderia dizer-se que a cidade é umha

(1) Ou republicanos: como *res publica*, cousa ou objecto de domínio público.

substância aérea, envolvente e evanescente. É o lugar em que aparece a eu: o *subjectum* onde ela se dá, o que ela “tem debaixo”. Mas, também é o que aparece frente à eu: o *objectum* que se dá a ela, o que a eu “tem diante”. Por isso, a cidade resulta, à par, habitável e inóspita, sustento e obstáculo para a própria subjectividade. Daí arranca o andar –o deambular– da eu protagonista e, também, o desígnio poético da nossa escritora: a apropriação desse sujeito-objecto (a cidade), que se quer levar a feito pola via nom (ou, melhor dito, nom só) da privatização senom (também) da socialização. Assi, para a eu, o repto é fazer da rua umha casa: mais exactamente, ligando as interfaces achadas no espaço público, constituir e desenvolver umha rua-casa, unindo segurança e abertura. E, mais fundamentalmente, o desígnio da nossa autora é soerguer a cidade, para o qual solicita –quase explicitamente– a colaboração –e até a participação– do leitor. Como? Pois, calando: Villalta deixa de dizer –deixa cousas sem dizer– para que quem le pense e, conseqüentemente, escreva com o pensamento e, além disso, actue em consequência.

Silêncios

Assi, a estas alturas do livro, hai dous silêncios (ou apagamentos) que dam que pensar: serám em adiante, nas páginas que seguem, como duas perguntas, dous interrogantes, duas incógnitas que criam como umha espécie de tensom ou um suspense

na leitura mantidos até o desfecho do poemário. Designadamente, nos poemas do “brasón”, já fica perfeitamente identificada a cidade, é claramente A Corunha, mas em nengum momento é dito o seu nome. E, por outra parte, a divisa brasonada, que na realidade podemos ler inscrita na fachada da casa do concelho (o palácio municipal), fica incompleta: Villalta recolhe e explora parte do texto (“cabeça, garda, chave, força e antemural...”), mas nada di da “outra” parte do texto: “... do reino de Galiza”⁽¹⁾. Estas duas interrogações constituem umha interpelação ao leitor.

Edifícios

Mas, voltemos com Villalta ao livro, e com a eu protagonista às ruas: temos diante de nós agora “edifícios” (pp. 43-58), alguns deles inequívocos emblemas corunheses (eminenteemente, a “torre”). A paisage é, agora mais que no “brasón”, urbana e o protagonismo segue a corresponder à rua. Nestes lugares (“ruínas”, “xardíns”, “torre”, “palacio municipal”, “solares”, “rañaceus”, “estación”, “obelisco”, “torre das ánimas” e “asiló”), autênticas interfaces da vida cidadina, achamos a sua pouca história, a magreza do social, a frouxidade e a escassez dos “nós” (os laços) que fam a cidade (os vínculos sociais). O veredicto é rotundo: “Onde nós non hai nunca outro destino/ que ser un anónimo fin/ ou un glorioso comezo” (p. 53). Ou seja: quase nom hai desenvolvimento,

(1) O texto completo é: “Muito nobre e muito leal cidade da Corunha, cabeça, garda e chave, força e antemural do reino de Galiza”.

quase nom hai história. Quase nom: porque, de facto, hai um germinar e um apagar-se, que, ademais, podem ser modificados: afastando-se tanto da glória como do anonimato. Precisamente, denominar –dar nomes e sair do anonimato– é deixar um rasto de glória e, com isso, perder a glória mesma. Que glória? A de ser conformes ao ditado de nom ter nome: “uniformesexiliadas/ infinitaspequenasrepúblicasprivadas” (p. 52). Isto nom fai que esses sujeitos estejam reconhecidos –nem sejam reconhecíveis– polo poder, senom que o que acontece é o contrário: esses sujeitos, no facto de eles nom ser, reconhecem o (ser do) poder. Contra essa profunda recusa de realidade, cujo modelo na vida individual quotidiana é a denegação da mortalidade (veja-se o poema “asiló”), escreve-se *En concreto*.

Estampas

A seguinte parte, “estampas” (pp. 61-86), é a exploração das interacções: as que se dam na cidade e, também, as da eu com a cidade. Trata-se, com outras palavras, da abertura ao possível no concreto: de detectar e desenvolver as possibilidades da vida cidadina. Ora, Villalta esforça-se em mostrar que o possível nom é alhures, que nom está alhures senom ao lado: é o prolongamento e aprofundamento do concreto. Assi: “O viver sempre atende á volta da esquina” (p. 61). Mais exactamente, o possível é o desenvolvimento do pre-

sente: do que se tem diante, do lugar e do tempo nos quais se está. Paradigmaticamente: “Nos cóbados das varandas cara o alén/ loce a noite un outro mundo/ que sabemos adherido ao que aquí se decida”⁽¹⁾ (p. 64). Ora, esse desenvolvimento comporta, como já digemos, um movimento duplo, complementar e concatenado, de apropriação e socialização: fazer, do que hai, o que se tem e, a seguir mas quase ao tempo, fazer, do que se tem, o que se dá. Acções estas que às vezes, muitas vezes, resultam pouco realizáveis e mesmo irrealizáveis. Tal sucede na nossa cidade: segundo vemos nas “estampas”, as interacções da eu som algumas ricas (“cita”) e outras pobres (“horario”), mesmo muito pobres (“foula”, “frío inverno”). É rica a experiência da privacidade (nom sempre: “horario”), mas pobre a da civilidade (i.e.: a sociedade civil, o espaço público).

Exílios

Com efeito, a cidade –como fórmula de convivência num espaço e um tempo concretos– o que oferece fundamentalmente som contactos entre indivíduos. Ora, destes contactos e com esses indivíduos, o que resulta raro e difícil é conseguir fazer contratos, estabelecer relações intersubjectivas estáveis, sair do exílio na individualidade (“tarde no café”). A eu tenciona-o e logra-o a nível particular, no âmbito da privacidade (por exemplo, “cita”); mas acusa a sua falta a nível geral, no terreno da civi-

(1) Por outra parte, vemos nesses versos a pegada de Manoel-Antonio, um dos poetas galegos mais presentes –mais ressonantes– ao longo deste poemário. “Os cóbados n-o barandal” é o título dum poema em *De catro a catro* (Manoel-Antonio, *Poesías*, Galaxia, Vigo, 1972, p. 151).

lidade (entre outros poemas, “a espera”). Assi, ela –a eu– celebra alguns nexos “eu ti”, libertadores e enriquecedores para os sujeitos (os indivíduos intervenientes), mas deplora a pobreza –por nom dizer a ausência do contrato social (ou, melhor dito, de contratos sociais) à escala da cidade. Aos seus olhos, esta aparece como um *modus vivendi*: mais que umha fórmula de convivência, é umha solução de conveniência para atalhar necessidades básicas (pois “outras non coñece”, p. 75). É umha cidade de eus sujeitos, que mormente están sujeitos sem serem sujeitos. Nela (“foráneos”), os imigrantes representam o caso extremo ou limite, mas constituem a expressom exemplar do “ser ninguém” dos eus sujeitos (incluída a eu). Com esses eus é difícil fazer nós, travar laços, construir um sujeito colectivo: de facto, de eles anoarem-se (“horario”) ou de anoá-los a cidade (“embotellamento”), o que sói resultar é um anoadamento, um “eu ti eu ti eu ti/ nós non nós non nós non” (p. 69) ou um “instante tan parecido á eternidade/ informal de cadea perpetua” (p. 70).

Rua-Casa

Esse é o contexto, e o concreto, em que a eu (“antiquíssima”) realiza a sua tentativa: “construír a miña morada no reverso das rúas” (p. 76). Ora, este empenho difícil, fazer a rua-casa, nom exclui, senom que implica, a experiência interior e a vivência privada. Mas estas quase ficam à marge, praticamente nom se vertem na cidade (“arte”, “cita”). De facto, a eu, rica em experiência interior e vivência

privada, assume a cidade (“roupa”, “aderezos”), mas, contra o que poderia parecer, nom se identifica com ela (significativamente: “viaxe”). A eu é umha mulher cosmopolita explorando exaustivamente o (seu) presente (“abrente”, “desandando”): é, em concreto, cidadá dumha cidade, essa que ela própria ajuda a construir, mas como cidadá dum mundo possível num tempo factível. Por isso, o que quer fazer é umha rua-casa: abrir caminho, umha via, erguer um teito, umha morada.

Nome?

Finalmente, depois destas tres partes (“brasón”, “edificios” e “estampas”) venhem dous poemas, “nomes” (pp. 89-90) e “poema da cidade alta” (pp. 93-95), como duas novas partes, que constituem –também em termos de contido– o desfecho do livro. O primeiro, “nomes”, é umha afirmação da potência, e potencialidade, dos nomes próprios, pola sua capacidade para transformar um espaço e um tempo dados, concretos, fazendo deles um mundo com a sua história. Os nomes citados volvem ser característicos da Corunha mas tampouco neste poema, como no seguinte e o livro inteiro, se di o nome da cidade (A Corunha). Esse acto de nominação é deixado aos leitores: a eles corresponderá, se quizerem, tirar do anonimato a cidade. Villalta sem dúvida faria-o, mas é algo que nom chega com fazê-lo um só e que cumpre nom fazê-lo só. Soa, ela assume o seu próprio nome (Villalta: vila alta), ligando-o à cidade: “O meu nome é o da

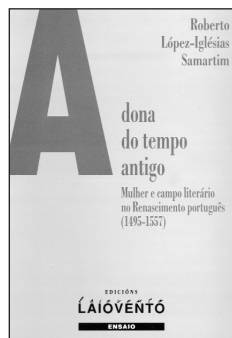
Cidade Alta” (p. 93). Essa assunção do nome contrasta, sem dúvida, com o anonimato da cidade. Ela poderia ter concluído este “poema da cidade alta”, e com ele o livro, ao modo de Pessoa a sua *Mensagem*: com um chamamento à acção, lembrando a miséria presente⁽¹⁾. Ela podia ter escrito: “O Cidade (ou: O Corunha) hoje es nevoeiro.../ É a Hora!”. Mas preferiu estoutro final impactante: “Cabeza, Garda, Chave, Forza e Antemural do reino renacido” (p. 95).

Absoluta poesia

Em suma, na nossa opinión, é *En concreto* umha obra serena, formosa e inteligente, mostra dum “saber fazer” poético que entronca com o melhor da poesia social, essa que desde Rosalia, Curros e Pondal nom falta na literatura galega⁽²⁾ e que –por outra parte– é absoluta poesia⁽³⁾.

Luís G. Soto
USC

DE COMO FÔROM ESQUECIDAS AS DONAS DO TEMPO ANTIGO (4)



No ano 2002 o júri do prémio Ricardo Carvalho Calero premiou umha investigación sobre um assunto pouco estudado, menos divulgado e vinculado com a história da literatura portuguesa. O júri demonstrou, com esta eleição, a sua capacidade para abstrair-se de determinadas formulações do nacionalismo mais convencional que consideram que a investigación em cultura na Galiza deve focar-se prioritária ou até exclusivamente sobre assuntos galegos, e premiou um investigador com trajectória e vocação internacionais suficientemente acreditadas nas suas intervenções em congressos celebra-

(1) O poema “nevoeiro” (*Mensagem*, ed. cit., p. 86).

(2) Presente, como visom ao longe ou rumor de fundo, neste poemário. Por exemplo, ao nosso entender, Rosalia e Pondal: “Rosa mártir” (p. 13) e “bardo de ferro” (p. 30).

(3) Poesia social/absoluta poesia: veja-se Luís G. Soto, “O compromisso ético-político na literatura... (galega)”, *Agália* n.º 63/64, Santiago de Compostela, 2000, pp. 185-202.

(4) Roberto López-Iglesias Samartim (2003): *A dona do tempo antigo. Mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1557)*, Santiago de Compostela: Laiovento.